

O estatuto categorial dos subordinadores adverbiais complexos numa visão cognitivo-funcional da linguagem

The category of complex adverbial subordinators in a functional-cognitive perspective

Maria Helena de Moura NEVES (UNESP/UPM)
mhmneves@uol.com.br

André Vinícius Lopes CONEGLIAN (UPM)
conegliano3@gmail.com

Recebido em: 03 de mar. de 2018.
Aceito em: 04 de jul. de 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura; CONEGLIAN, André Vinícius Lopes. O estatuto categorial dos subordinadores adverbiais complexos numa visão cognitivo-funcional da linguagem. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 8, n. esp., p. 09-27, set. 2018.

Resumo: Este artigo discute o estatuto categorial dos subordinadores adverbiais complexos, com foco nos causais e nos concessivos, a partir da consideração de fatores de ordem funcional bem como de fatores de ordem cognitiva. São oferecidas duas amostras de análise, para dois subordinadores adverbiais complexos, um, causal, *visto que*, e o outro, concessivo, *se bem que*. A direção de análise é justamente a de explicitar a inter-relação de propriedades funcionais com propriedades cognitivas dos subordinadores adverbiais complexos, mediante a verificação de como se sustentam as relações gramaticais nas construções adverbiais causais e concessivas no uso linguístico.

Palavras-chave: Causalidade. Concessividade. Subordinador adverbial.

Abstract: This paper discusses the categorial statute of complex adverbial subordinators, focusing on causal and concessive ones. The discussion about the categorial statute of complex adverbial subordinators in this paper is built upon functional and cognitive bases. It is offered a sample of analysis of two adverbial subordinators in Brazilian Portuguese, one causal, *visto que*, and the other, concessive, *se bem que*. The direction of the analysis is to explicate the interrelationship between the functional and cognitive aspects of complex adverbial subordinators considering how grammatical relations are established in these notional domains.

Keywords: Causality. Concessivity. Adverbial subordinator.

Introdução

Um encaminhamento dos estudos gramaticais atuais que têm por objetivo explicitar a maneira como a língua é usada consiste em prover explicações coerentes e válidas para as categorias linguísticas a partir do que se conhece sobre a relação entre cognição e linguagem, a partir de uma investigação do uso sistêmico de estruturas linguísticas na construção do significado e na comunicação eficiente. Tal tarefa é coerente com as mais gerais assunções funcionalistas de que a gramática de uma língua organiza as relações (sintaxe), constrói as significações (semântica) e determina os efeitos pragmáticos (pragmática) (NEVES, 2006, p.1). Por meio da consideração desses três componentes da língua, em interface, é possível explicar a gramática dentro de um modelo que privilegia o uso e, por aí, explicar a organização do conhecimento linguístico dos falantes (CROFT, 2001, p.28), modo de condução que coloca as categorias e as relações gramaticais como relevantes para explicitação da estrutura das categorias conceptuais.

Nessa proposta que aqui se desenvolve, a categoria linguística das construções adverbiais causais e concessivas bem como a categoria gramatical dos itens juntivos adverbiais complexos são fixadas como zona de investigação, vistas como “janelas¹ por meio das quais se pode vislumbrar a organização das categorias conceptuais de causa e de concessão. Entende-se que o modo como se sustentam as relações gramaticais nessas zonas adverbiais apresenta evidências para a estruturação conceptual da causalidade e da concessividade.

O que está em discussão, mais especificamente, é o estatuto categorial dos subordinadores adverbiais complexos, com foco nos causais e nos concessivos, a partir de fatores de ordem funcional e de ordem cognitiva. Os fatores funcionais, que acomodam propriedades

¹ Esse termo é atribuído a Sanders e Sweetser (2009, p.1).

morfossintáticas e distribucionais, dizem respeito à natureza linguística desses itens juntivos, enquanto os fatores cognitivos, que acomodam noções essencialmente perceptuais, dizem respeito à natureza conceptual desses mesmos itens juntivos. Em conjugação, esses dois grupos de fatores dão conta de explicitar coerentemente a inter-relação da natureza conceptual com a natureza linguística desses itens gramaticais. E é com tal visão semântica que este artigo faz a discussão teórica do estatuto categorial dos itens juntivos adverbiais (complexos), com vista à condução de um tratamento das categorias linguísticas (e conceptuais) das relações adverbiais. Para a análise são oferecidas duas amostras, com dois subordinadores adverbiais complexos, um causal, *visto que*, e, outro concessivo, *se bem que*, exatamente na direção de explicitar a inter-relação entre propriedades funcionais e propriedades cognitivas dos itens juntivos causais e dos concessivos, mediante a verificação de como se sustentam as relações gramaticais nesses tipos de construções adverbiais.

As propriedades funcionais em questão: a conjugação de forma e sentido

Como mostra Kortmann (1991), itens juntivos adverbiais são “formas livres ou morfemas adverbiais presos que especificam algum tipo de relação semântica interoracional entre a oração subordinada, sobre a qual eles operam, e a oração matriz”². Esses itens podem ser descritos a partir de características funcionais, que confirmam seu estatuto categorial (de item juntivo adverbial), e a partir de características morfossintáticas, que discriminam sua composição formal.

Conforme Kortmann (1997a, p.102), um item juntivo adverbial “ideal³” apresentaria as seguintes características: a) ser forma não flexionada⁴; b) operar sobre uma oração finita; c) não preencher nenhuma função sintática na oração; d) ter posição fixa na margem da oração sobre a qual opera; e) não pertencer a um registro específico; e) preceder a oração sobre a qual opera⁵. Consideram-se, ainda, critérios funcionais, que definem o estatuto categorial dos itens juntivos adverbiais, além de

² A tradução é destes autores. Texto original: “free forms or bound adverbial morphemes which specify some semantic interclausal relation between the subordinate clause over which they operate and the matrix clause”.

³ Kortmann (1997a) usa o adjetivo “perfeito” (*ideal*, do inglês) como sinônimo de “prototípico” (*prototypical*, do inglês).

⁴ Esse critério diz respeito às propriedades funcionais da flexão, não às morfossintáticas.

⁵ Kortmann (1997a, p.72) acrescenta essa característica especificamente para aquelas línguas em que a oração subordinada não tem posição fixa em relação à principal.

um critério morfossintático, que distingue itens morfossintaticamente simples de itens morfossintaticamente complexos⁶. De itens simples são exemplos, no português brasileiro, a conjunção causal *porque* e a conjunção concessiva *embora*, e de itens complexos são exemplos *já que* e *ainda que*. Como se pode observar no Quadro 01, os subordinadores complexos seguem a formulação genérica: BASE LEXICAL + PARTÍCULA SUBORDINATIVA⁷ (que, no caso do português brasileiro, é *que*).

Quadro 01 – Itens juntivos complexos causais e concessivos no português brasileiro

Itens juntivos complexos causais	Itens juntivos complexos concessivos
já que	ainda que
uma vez que	posto que
dado que	mesmo que
desde que	nem que
visto que	por mais que
pois que	por muito que
tanto mais que	por menos que
por causa que	apesar (de) que
por isso que	se bem que

Fonte: com base em Neves (2000).

Para que uma expressão complexa seja considerada um item juntivo (complexo), operam três condições, segundo propõe Kortmann (1997a, p.73): a primeira é que deve haver um mínimo de fusão entre a base lexical e a partícula subordinativa; a segunda é que algumas das propriedades do sintagma original devem ser opacizadas; e a terceira é que as expressões complexas devem apresentar pelo menos uma interpretação adverbial que não se possa reconstruir plenamente a partir do significado de suas partes. Essa proposta é a que se adota na explicitação da funcionalidade e da natureza semântica dos itens juntivos causais e concessivos eleitos como objeto de análise neste estudo.

⁶ Nos critérios de Kortmann (1997a, p.102), o critério atribuído a “complexidade” é a quantidade de palavras que formam os itens juntivos. Em sua pesquisa, o autor verificou que, nas línguas indo-europeias, juntivos formados de uma única palavra representam 56,4% da totalidade dos dados.

⁷ Bechara (2009) usa o termo “complementizador”.

O fato de os juntivos serem morfossintaticamente simples ou serem complexos não altera sua funcionalidade e, portanto, não altera seu estatuto categorial, apenas devendo-se notar que os itens juntivos morfossintaticamente complexos exibem mais especificamente a natureza semântica da relação que estabelecem entre o segmento adverbial e o segmento nuclear, ou seja, como sugere Montolío (2000), eles trazem expresso, entre os segmentos, um elo semântico especificado.

Kortmann (1997a) propõe ainda dois tipos de classificação para os itens juntivos adverbiais simples e complexos, um que se relaciona ao significado e outro que se faz segundo a forma, por onde se determina a complexidade estrutural e a natureza lexical das bases, possibilitando a identificação das categorias a que as bases pertencem, dentro da categoria maior adverbial.

No caso dos itens juntivos complexos, uma classificação segundo a forma já vem proposta em Halliday (1985, 1994), tendo recebido uma operacionalização para o português brasileiro em Neves (2006, p.259). Como mostra o Quadro 02 a seguir, os juntivos adverbiais complexos do português brasileiro podem ser abrigados sob três categorias, segundo a natureza morfossintática da base lexical. Nesse Quadro se verifica que, nessa modalidade de língua, as três classes morfossintáticas “incorporadas” (KORTMANN, 1997a, p.102) à base dos itens juntivos causais e concessivos são o verbo, a preposição e o advérbio, sendo essas duas últimas classes as mais produtivas para juntivos complexos⁸: as preposições são as acionadoras de funcionamento de satélites; os advérbios são os protótipos desses satélites, conforme aponta Neves (2006, p.259).

Quadro 02 – Classificação dos itens juntivos adverbiais complexos causais e concessivos segundo a forma

	Base participial	Base preposicional	Base adverbial
causal	visto que dado que	desde que por isso que por causa que	já que uma vez que tanto mais que
concessivo	dado que posto que	por mais que por muito que por menos que apesar (de) que	ainda que mesmo que se bem que

Fonte: Adaptado de Neves (2006, p.259).

⁸ Como aponta Kortmann (1997a, p.108), em outras línguas as bases preposicionais e adverbiais também são as mais produtivas para a formação de itens juntivos adverbiais.

A base participial também é bastante frequente na formação de juntivos adverbiais complexos, no entanto seu domínio de ocorrência é restrito às relações da zona de causalidade (causa, condição e concessão, semanticamente relacionadas entre si) (NEVES, 2012; CONEGLIAN, 2014). Um exame dos juntivos de base participial das línguas indoeuropeias oferecidos no levantamento de Kortmann (1997b) revela que esse tipo de base, de fato, ocorre exclusivamente nos domínios de causalidade, condicionalidade e concessividade, o que pode explicar-se, como mostra Neves (2006, p.261), pelo fato de que os valores causais “se ligam à telicidade do particípio passado” (CROFT, 2012), um aspecto que semanticamente implica esquemas mais genéricos de dinâmica de forças e de interação causal.

No que respeita à classificação, quanto ao significado, dos itens juntivos adverbiais complexos, Kortmann (1997a) assinala que o que se leva em consideração, no caso, é a natureza semântica da base lexical dos juntivos. Também esse tipo de classificação já vem proposto em Halliday (1985, 1994) e foi operacionalizado para o português brasileiro por Neves (2006, p.261), com a identificação de quatro categorias semânticas de base lexical, a saber: consequência/conclusão, tempo, modo e intensificação, conforme mostra o Quadro 03, a seguir.

Quadro 03 – Classificação dos itens juntivos adverbiais complexos causais e concessivos segundo a semântica da base lexical

	Consequência/ conclusão	Tempo	Modo	Intensificação
causal	dado que visto que por isso que por causa que	já que desde que uma vez que	–	tanto mais que
concessivo	dado que posto que	ainda que	apesar (de) que mesmo que nem que	por mais que por muito que por menos que

Fonte: Adaptado de Neves (2006, p.261).

Esse tipo de classificação também foi operacionalizado por Kortman (1992, p.445), no seu exame de itens adverbiais de base participial nas línguas indoeuropeias. Segundo os dados por ele apresentados, os domínios semânticos de percepção visual e de assunção/suposição servem de fonte para itens juntivos causais, e os domínios de oposição/obstrução, de atividade visual, de assunção/suposição e de concordância servem de fonte para os itens

juntivos concessivos⁹. Nessa proposta, a correspondência entre os domínios-fonte e as relações causal e concessiva vem interpretada em termos de um percurso de mudança semântica que envolve a opacização e o apagamento de determinados traços semânticos das bases lexicais dos domínios-fonte. São processos de enfraquecimento semântico (SWEETSER, 1988) que preenchem a segunda condição proposta por esse autor para que uma expressão complexa seja considerada um item juntivo adverbial complexo.

Tem-se, afinal, que as propriedades funcionais dos itens juntivos adverbiais complexos definem-se, com base em critérios classificatórios, segundo a forma e segundo o significado, ou seja, a partir da composição morfosintática dos itens juntivos ou da função semântica das bases lexicais que compõem esses itens. A descrição da composicionalidade desses itens juntivos pode ser um dos caminhos a percorrer, por um lado na explicitação do seu significado geral, e por outro lado na unificação das suas propriedades funcionais e cognitivas (CONEGLIAN, inédito); no entanto, questões ligadas à composicionalidade de subordinadores adverbiais complexos não serão desenvolvidas neste artigo, pois estão fora de seu escopo. Resta dirigir a atenção para as propriedades cognitivas que, nesses / nos itens juntivos complexos, organicamente se articulam com as propriedades funcionais. É o que se faz a seguir.

As propriedades cognitivas em questão: a esquematização

Uma definição inicial de subordinação¹⁰ segundo os princípios cognitivistas permitirá a descrição das propriedades esquemáticas (conceptuais) dos itens juntivos adverbiais complexos.

Na perspectiva cognitivista, a subordinação é definida a partir de noções de *Gestalt* e de noções perceptuais (CROFT, 2001; TALMY, 2000), ou, ainda, a partir de certas assunções a respeito do perfil¹¹ dessas

⁹ Kortmann (1992, p.443) fornece os seguintes exemplos:

a) domínio de percepção visual: *see* (inglês), *voir* (francês);
b) domínio de assunção: *assume*, *suppose*, *presume* (inglês);
c) domínio de oposição/obstrução: *obstare* (latim), *withstand* (inglês).
d) domínio de atividade visual: *considerare*, *providere*, *repicere* (latim), *foresee* (inglês);
e) domínio de concordância: *grant*, *admit*, *agree*, *according (with)* (inglês).

¹⁰ No campo da Linguística Cognitiva, o estatuto categorial da subordinação e dos itens juntivos adverbiais nunca gerou muito interesse de pesquisa. São dois os autores que mais intensamente se debruçaram sobre a definição do estatuto categorial dessas categorias: Croft (2001) e Langacker (1991, 1999, 2008, 2014).

¹¹ O termo “perfil” é usado, neste trabalho, na acepção com que ocorre na Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987, 2014), ou seja, em referência à entidade (coisa, objeto, evento...) que, designada por uma estrutura semântica, funciona como seu ponto focal.

construções complexas (LANGACKER, 1991a, 2008). Essas noções implicam a assunção de uma assimetria entre os eventos codificados nas orações em combinação: à “oração nuclear” é atribuída maior proeminência cognitiva na estruturação da cena de evento, enquanto à “oração subordinada” é atribuída menor proeminência no perfilamento de um evento complexo, associando-se tal diferença à distinção entre “figura”, papel desempenhado pela oração nuclear, e “fundo”, papel desempenhado pela oração subordinada (CROFT, 2001; TALMY, 2000).

Considerando a diferença de perfil como basilar na verificação da assimetria entre os eventos codificados em sentenças complexas, Langacker (2008b, p.139) explica que ela é inerentemente marcada por itens linguísticos como *when, while, before, although, since, if*, no inglês, e seus correspondentes em outras línguas. Nesse sentido, a oração que esses itens encabeçam (a subordinada) é, marcadamente, menos proeminente, do ponto de vista cognitivo, do que a oração não marcada (a nuclear).

As construções em que se verifica subordinação por complementação ou relativização implicam uma relação de continência simbólica da oração subordinada na oração nuclear, ao passo que as construções em que se verifica subordinação adverbial não envolvem essa continência. Não existindo tal implicação nas construções subordinadas adverbiais, fica, pois, menos evidente a hierarquização entre elas. A presença de continência simbólica entre o segmento nuclear e o subordinado constitui aquilo que, para Langacker (2014), configura, propriamente, a subordinação, ao passo que a ausência de continência simbólica, mas o estabelecimento de uma relação esquemática entre o segmento nuclear e o subordinado, constitui a “subordinação funcional”, como é o caso das construções complexas adverbiais (LANGACKER, 2014).

De todo modo, como mostra Langacker (2014, p.64), ainda que essa continência simbólica da oração adverbial na oração principal seja verificada no plano morfossintático da relação de subordinação, a oração adverbial preserva, cognitivamente, seu próprio perfil, aparecendo, portanto, em seu nível básico de atenção. Isso significa que, de um ponto de vista cognitivo, essa autonomia de perfil de cada uma das orações, coloca cada uma delas separadamente em um foco de atenção (veja-se nota 13).

O autor explica esse fato cotejando as orações adverbiais e os adjuntos adverbiais (não oracionais) com base na correspondência semântica entre esses dois tipos de construção. Segundo Langacker (2014), o adjunto adverbial, que, na forma de um sintagma preposicionado, perfila tanto o esquema semântico da preposição quanto o esquema semântico da base nominal desse sintagma, liga-se a uma estrutura oracional que em si perfila um evento e, conseqüentemente, elabora a estrutura esquemática desse evento expresso em uma oração simples. Nesse sentido, o adjunto adverbial está contido na estrutura esquemática do evento. A oração adverbial, por sua vez, constitui em si mesma o perfil de um evento, o que não acontece com o adjunto adverbial, justamente porque esse tipo de estrutura não abriga uma predicação. Nesse sentido, o evento esquematizado em uma oração adverbial exibe autonomia cognitiva, justamente por ter estrutura de evento, enquanto a representação simbólica do adjunto adverbial, incapaz de especificar um evento (sendo não predicacional), fica em assimetria com a representação do evento da oração nuclear.

O que caracteriza, portanto, uma construção subordinada adverbial, nessa visão, é precisamente o fato de que tanto o evento do segmento nuclear quanto o do segmento adverbial são perfilados separadamente, cada um com seu foco de atenção, no entanto na construção subordinada adverbial esses dois eventos se subsumem numa relação de perfilamento hierarquizada (LANGACKER, 2014). E, nessas construções, a marcação da diferença de proeminência entre os eventos perfilados em um e em outro segmento é justamente a função básica dos subordinadores adverbiais. No entanto, Langacker (1991a, p.429) pondera que, apesar de compartilharem de uma mesma função básica, esses juntivos adverbiais podem variar quanto ao grau de esquematicidade e de conteúdo: por exemplo, no inglês, itens juntivos como *after* e *while* perfilam relações mais objetivas e diretas do que juntivos como *if*, *although* e *whereas*, que são mais dependentes da maneira como o falante avalia contingências e continências.

Ao falar dessa variação na esquematicidade e no conteúdo dos juntivos adverbiais, Langacker (1991a, p.429) deixa apenas sugerido que aqueles formados de uma base lexical mais uma partícula subordinativa (que são os itens juntivos complexos considerados tal qual os considerados neste estudo), realçam e salientam a esquematicidade e a relação que se sustenta entre os eventos das orações.

Como ficará evidente a partir da amostra de análise que se oferece na seção subsequente a esta, existem evidências para o fato de que o conteúdo semântico das bases lexicais dos itens juntivos complexos não apenas especifica a relação (de causa ou de concessão) entre os segmentos mas também determina, até certo ponto, a configuração das propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas das construções que fazem adverbialização (de causa e de concessão).

Uma amostra de análise de subordinadores adverbiais segundo a especificação da relação lexical estabelecida

Em uma análise de itens juntivos adverbiais na língua em uso como a que constitui amostra nesta seção, um dos caminhos a percorrer é ir à natureza morfossemântica desses itens (KORTMANN, 1997), a qual consiste na conjugação entre forma e sentido, verificada, em última instância, em relação a seu uso. Trata-se, portanto, de verificar a relação existente entre a natureza morfossintática dos itens juntivos e a sua função semântica. Como os itens juntivos complexos do português respeitam, canonicamente, a formulação genericamente definida como *BASE-LEXICAL+QUE*, a busca vai à natureza morfossemântica das bases lexicais dos itens juntivos causais e dos concessivos. O que esses juntivos de natureza morfossemântica complexa fazem é especificar a natureza da relação – seja ela de causalidade, seja ela de concessividade – entre o segmento nuclear e o segmento adverbial; isto é, eles expressam uma relação muito mais específica e restrita entre a prótase, segmento adverbial, e a apódose, segmento nuclear, (CONEGLIAN, no prelo; NEVES, 2006; MONTOLÍO, 2000).

Uma análise de dois itens juntivos complexos, um causal, *visto que*, e outro, concessivo, *se bem que*, que vem a seguir, visa a mostrar que a descrição desses dois subordinadores pode partir justamente da análise das bases lexicais que os compõem, a fim de mostrar por que meios a ligação com os domínios de causalidade e de concessividade é estabelecida.

A base lexical de visto que: o entrecruzamento de causalidade e evidencialidade

Duas coisas devem ser levadas em consideração ao analisar-se a base de *visto que*: (i) o valor lexical do verbo *ver*, que está metaforicamente associado a evidencialidade; (ii) o valor participial de *visto*, cuja telicidade, como aponta Neves (2006), favorece a noção de

causalidade. A base lexical de *visto que* é o particípio da forma verbal *ver*, cujo esquema semântico serve de (domínio) fonte para um sem número de metáforas associadas à noção de “conhecimento” (domínio alvo), num complexo metafórico em que parte do significado linguístico se ancora na experiencialização do mundo físico, criando-se, a partir dessa experiência, uma vinculação metafórica nada trivial pela qual conceitos mais concretos (domínio fonte) se associam a conceitos mais abstratos (domínio alvo) (SWEETSER, 1990).

Em linhas gerais, ocorre que o domínio da *visão*¹², que envolve todo um conjunto de percepções e sensações físicas, atua como fonte para a organização do domínio do *CONHECIMENTO*, que é mais abstrato¹³: como explica Sweetser (1990, p.33), uma relação metafórica entre ‘visão física’ e ‘intelecto’ está fundamentada no fato de que o sentido da visão é a fonte primária de informação. Por isso, não é incomum a expressão “Eu vi com meus próprios olhos”, cuja função comunicativa é a de prover forte evidência ‘concreta’ para um determinado tipo de informação. Como mostra a autora, esse mapeamento entre o domínio da *visão* e o do *CONHECIMENTO* mantém fortes relações com um domínio ainda mais abstrato, o da evidencialidade. É o que se discute a seguir, com base em esquema de Chafe (1986, p. 263) que organiza essa categoria a partir da noção de ‘conhecimento’, noção central no esquema e que representa o ‘conteúdo’ a ser modificado por uma expressão evidencial.

Figura 01 – Modelo evidencial proposto por Chafe (1986).

fonte de conhecimento	modo de saber	conhecimento compatível com
confiável		
???	-----> crença	-----> CO
evidência	-----> indução	-----> NHE
linguagem	-----> rumor	-----> CI
hipótese	-----> dedução	-----> MEN
		-----> TO
não confiável		
		-----> recurso verbal
		-----> expectativas

Fonte: Chafe (1986, p. 263).

¹² Essa notação gráfica em versalete é o padrão utilizado nos trabalhos sobre Metáfora conceptual para fazer referência a um domínio conceptual (veja-se Stickles et al, 2016, para um guia compreensivo).

¹³ Apresentar os mapeamentos metafóricos entre o domínio da visão e o domínio do CONHECIMENTO está além do propósito deste trabalho.

Nesse modelo, o item juntivo *visto que* entra justamente na zona da indução, cuja fonte de conhecimento é a evidência. Seguindo-se o raciocínio de Chafe (1986, p. 263)¹⁴, a construção causal com *visto que* configura-se pelo estabelecimento de um elo causal entre conteúdos mediado pelo ‘conhecimento’, ao qual o falante chega por meio de mecanismos de ‘indução’, com base em algum tipo de evidência, o que significa que o próprio falante, independentemente de quem seja, apresenta-se como “validador” desse conhecimento indutivo.

O caráter evidencial de *visto que* traz implicações para a organização da rede de espaços mentais construída na interação verbal. A primeira dessas implicações diz respeito à questão da perspectiva, que, como definem Sanders e Reddeker (1996, p.293), é “a introdução de um ponto de vista subjetivo que restringe a um sujeito [de consciência] específico a validade da informação apresentada no discurso”¹⁵. A segunda implicação diz respeito à estruturação do espaço mental no qual se sustenta a relação de causalidade marcada por *visto que*. A partir dessa relação metafórica entre os dois domínios, pode-se esperar que as construções causais cujo segmento adverbial aparece introduzido por *visto que* tenham um vínculo de causalidade entre seus conteúdos causais mais abstrato e, portanto, mais epistêmico do que as outras construções, com certeza não ficando implicado que não possa haver, no domínio conceptual de conteúdo ou no domínio de ato de fala, construções com esse juntivo.

A base lexical de se bem que: a marcação (concessiva) de objeção

A função pragmática de preterição que se vê nos juntivos *ainda que* e *mesmo que* não é observada em construções concessivas com *se bem que*, como (01), a seguir, cuja função semântica é a de ressalva.

- (1) [a galinha de granja] come minhoca come milho – come: – o que aparecer na frente dela – então dizem que a galinha de capoeira – é a galinha mais gostosa que tem – né? já ouvi dizer demais isso – e que a galinha de granja não tem gosto de nada – **se bem que eu acho que eu só como galinha de granja ultimamente [...]**
(CDP:19Or:Br:LF:Recf)¹⁶

¹⁴ Chafe (1986, p.263) apresenta o seguinte exemplo, tratando de construções correspondentes do inglês: *I feel something crawling up my leg* [Eu sinto alguma coisa subindo na minha perna]. Ele explica que a ideia de ter alguma coisa subindo a perna é o conhecimento; nesse caso, o modo de conhecimento é a indução com base na evidência sensorial.

¹⁵ A tradução é destes autores. Texto original: “[perspective is the] introduction of a subjective point of view that restricts the validity of the presented information to a particular subject (person) in the discourse”.

¹⁶ As ocorrências provêm do Corpus do Português (CDP), disponível em <www.corpusdoportugues.org>.

Percebe-se, nessa ocorrência, que a condução argumentativa do falante a respeito da qualidade e do sabor da carne de galinha de granja, principalmente no trecho “e que a galinha de granja não tem gosto de nada” poderia levar o ouvinte a concluir que o falante não consome esse tipo de carne, embora o falante, prevenindo esse tipo de inferência por parte do ouvinte, introduza uma ressalva no segmento concessivo “se bem que eu acho que eu só como galinha de granja ultimamente”.

O segmento concessivo em (01) não tem como âmbito de incidência uma “oração nuclear”, como é típico nas construções com *ainda que* e com *mesmo que*, mas toda uma porção textual. Além disso, nesse caso especificamente, a asserção feita no segmento concessivo relaciona-se com um conjunto de inferências licenciadas a partir do que está posto na porção textual do segmento nuclear, ou seja, com o que está implícito. Essa é a configuração recorrente nas construções concessivas com *se bem que*, mas também não é incomum uma configuração em que a asserção do segmento adverbial se relacione com o que está asseverado explicitamente no segmento nuclear, como ocorre em (02).

- (2) numa tribo o cara sabe que usa – caça tanto – ou usa – – sei lá – colar de dente de não sei o quê – também tem um certo valor todo mundo olha ele meio assim – **se bem que** ai acho que é mais – mais espontâneo porque é mais primitivo né?
(CDP:19Or:Br:LF:SP)

Cabe observar que a complexa noção de concessividade exige o desenvolvimento de maiores especificações, o que se pode iniciar com a proposta de Hermodsson (1994) de caracterizar-se a relação concessiva, por viés semântico, como uma relação não causal (*inkausal*, do alemão). Entende-se, em tal linha, que a causalidade prevista a partir do que está posto no segmento adverbial é anulada pelo que é dito no segmento nuclear.

A par dessa face semântica da concessividade, há a considerar, também, a configuração pragmática dessa relação, que, invariavelmente, é verificada como característica da relação conceptual da concessividade. A avaliação pragmática do esquema concessivo feita em Neves (2002, com filiação em Bechara, 1954) implica a noção de objeção, que é argumentativa em sua natureza. Bechara (1954, p.8, destaque acrescido) propõe que

a concessão deve ter nascido no momento em que as declarações do falante sentiram o peso da argumentação contrária do interlocutor. [...] A prática cotidiana habilitou o homem a pressupor, no correr de suas asserções, a objeção iminente. *Enunciar o pensamento contando e obstruindo os obstáculos que o interlocutor ou interlocutores apresentariam era o propósito da ideia concessiva.* Da objeção real do ouvinte para a hipotética do falante o caminho era assaz curto e o que era rebate à crítica passou, com o uso generalizado, à ênfase da ideia expressa na oração principal.

Assim considerado o caráter pragmático da concessividade, vê-se fortemente que, em tais construções, o falante assume a objeção do ouvinte, mas assenta que essa objeção não será suficiente para modificar o que é posto no segmento nuclear. Com base no que o autor aponta no trecho em destaque da citação, pode-se inferir que a argumentatividade e a dialogicidade são o cerne do pensamento concessivo. Cognitivamente, essa característica da concessividade explica-se como uma estratégia de coordenação e alinhamento de “estados mentais”, ou, ainda, de perspectivas (VERHAGEN, 2000, 2005).

Toma-se, pois, o esquema pragmático de objeção, ligado às construções concessivas, como de caráter gradiente, isto é, considera-se que há construções em que a objeção é fortemente expressa na forma de uma ressalva, como acontece nas ocorrências (01) e (02), e há construções em que a objeção aparece amenizada, na forma de uma preterição, como ocorre com orações introduzidas por outros subordinadores concessivos, por exemplo, do tipo de *ainda que* e *mesmo que* (CONEGLIAN, 2015).

Nesse sentido, pode-se entender que as construções marcadas por uma objeção do tipo da ressalva ocorram, mais frequentemente, no domínio conceptual dos atos de fala, e que as construções marcadas por uma objeção amenizada, do tipo da preterição, ocorram mais frequentemente no domínio de conteúdo e no epistêmico. Essa proposição justifica-se com base no fato de que, no domínio de conteúdo e no domínio epistêmico, a relação entre os eventos é mais direta do que no domínio dos atos de fala; ou seja, a relação entre os eventos respeita os modelos cognitivos, havendo menos espaço para que o falante manipule (ou manobre) essa relação: por exemplo, no domínio de conteúdo há um limite até o qual o falante pode amenizar e relativizar os eventos relacionados, e no domínio do epistêmico há limites para intervenção do falante.

Quanto aos padrões construcionais, as construções concessivas com *se bem que* são diferentes das construções operadas com os outros dois conjuntivos, e dois traços construcionais que marcam *se bem que* nesse sentido já foram anunciados nos parágrafos anteriores: o nível de integração entre os segmentos e o âmbito de incidência do segmento adverbial.

No que diz respeito à questão do nível de integração, essas construções se encontram, obviamente, na zona da hipotaxe de realce¹⁷, nos termos de Halliday (1994), já que apresentam uma relação de dependência mais frouxa entre o segmento adverbial e o segmento nuclear. É um exemplo disso a ocorrência (03) a seguir.

- (3) – E que tal é o relacionamento com eles? – perguntou Gil.
 – Ah, são todos jovens, alegres e divertidos. O relacionamento é ótimo – disse Kiner.
 – **Se bem que** eles são um pouco folgados pro meu gosto
 – acrescentou Padilha, mordaz.

(CDP:19:Fic:Br:Cabral:Xamboia)

O segundo traço construcional diz respeito ao âmbito de incidência do segmento concessivo. Como já foi exemplificado a partir da ocorrência (01), uma das possibilidades é que a porção nuclear adverbializada concessivamente não constitua uma oração, mas se configure por todo um trecho ou uma porção textual, o que impede que fique determinada a correlação entre os tempos e modos do verbo dos segmentos nuclear e adverbial. Obviamente, é possível que o segmento nuclear constitua uma oração (como unidade sintática), conforme ilustra a ocorrência (04), a seguir.

- (4) E nessa sombra obstinada ela reconheceu o farmacêutico, que todas as noites, de longe, rondava silenciosamente sua casa. No DIA SEGUINTE Sílvio amanheceu realmente doente. O tempo continuava enevoadado, **se bem que** não chovesse mais. Recostado numa pilha de travesseiros, durante largo espaço de tempo ele manteve os olhos fixos na vidraça que o vento de vez em quando fazia estremecer.

(CDP:19:Fic:Br:Cardoso:Dias)

¹⁷ Na proposta hallidayiana, as tradicionais “orações adverbiais” encontram-se abrigadas na combinação do eixo da hipotaxe com o eixo da expansão, mais especificamente, uma expansão de realce. As orações hipotáticas de realce são, então, aquelas que apresentam uma relativa dependência de outra oração, que vem qualificada por meio da atribuição de uma circunstância.

O modo verbal em que se apresentam os segmentos adverbiais oracionais introduzidos por *se bem que é* outro traço construcional que merece investigação. Na maioria dos casos em que o segmento adverbial tem como âmbito de incidência uma oração, o verbo ocorre no modo subjuntivo, como em (04). Em casos assim, evidentemente o modo verbal não marca eventualidade ou hipoteticidade, mas, sim, um distanciamento epistêmico por parte do falante, nos termos de Fauconnier (1997). Pelo contexto em que o segmento adverbial está inserido em (04), nota-se que uma forte ressalva é introduzida por esse segmento.

Há também casos em que o verbo do segmento adverbial aparece no modo indicativo, como se pode ver nas ocorrências (01), (02) e (03). Note-se que, sintaticamente, essas construções mostram um nível de integração menor entre o segmento adverbial e o segmento nuclear, enquanto as construções do tipo de (04), com o modo subjuntivo no segmento adverbial, mostram maior nível de integração sintática entre os segmentos. Essa conclusão sobre os diferentes níveis de integração entre segmentos nas construções concessivas tem respaldo nas considerações apresentadas por Bybee et al. (1994, p. 212), que apontam maior frequência do modo subjuntivo em contextos de subordinação¹⁸. Afinal, independentemente do modo do verbo do segmento concessivo, o que se verifica é que as construções concessivas com *se bem que*, invariavelmente, apresentam a função pragmática de ressalva.

Em conclusão, a evidência do papel entrecruzado de fatores de ordem funcional e de ordem cognitiva no estabelecimento do estatuto categorial de itens juntivos adverbiais

A avaliação das propriedades funcionais e cognitivas dos itens juntivos adverbiais que acaba de ser proposta teve como objetivo caracterizar o estatuto categorial desses itens juntivos a partir dessas propriedades, visto que por aí se provê uma definição mais ampla e mais acurada para o estatuto categorial de tais itens.

Nesse modo de condução, figura como altamente relevante a operação de categorização, básica e necessária aos seres humanos, não só porque possibilita o arrazoamento conceptual mas também porque

¹⁸ Para Bybee et al. (1994, p. 213), a análise do modo subjuntivo é controversa porque não se chega a um consenso sobre se ele carrega significado, ou se ele é semanticamente vazio e aparece em contextos de subordinação puramente por exigência sintática de marcação do processo de subordinação.

possibilita a ação por meio da linguagem. Em uma moldura cognitivo-funcional, as categorias não têm limites rígidos, eles são imprecisos e fluidos. Essa fluidez é verificada tanto em categorias conceituais quanto em categorias linguísticas, que são, em grande parte, um reflexo da arquitetura conceptual humana (MERVIS; ROSCH, 1981; LAKOFF, 1987).

No que diz respeito às categorias linguísticas, Talmy (2000) sugere, ao lado daquelas pelas quais se estabelece o conteúdo conceptual e experiencial, como substantivos, adjetivos e verbos, aquelas pelas quais se estabelece o “esqueleto” da experiência, a sustentação das relações, que são as preposições e as conjunções. Na gramática da língua, estas últimas categorias são classificadas como “classes fechadas”, enquanto aquelas que provêm o conteúdo conceptual são classificadas como “classes abertas”. O que é evidente, no caso dos itens juntivos adverbiais complexos, é que existe um contingente de elementos linguísticos pertencentes às classes abertas que fornece elementos para a estrutura morfossintática de segmentos que atuam como classes fechadas (para o caso aqui em foco, exemplifique-se com *visto*, em *visto que*). A esse respeito, lembre-se, com Kortmann (1992, p.449) que entidades lexicais e entidades gramaticais não são entidades autônomas, mas admitem zonas de sobreposição e de intersecção.

Finalmente, o que a amostra de análise e a discussão oferecidas neste artigo permite verificar é que o território dos subordinadores adverbiais complexos, configurado como uma categoria linguística em português, é um excelente território para a investigação do modo pelo qual os falantes da língua impõem estrutura sobre a realidade e a experiência, bem como o modo criativo pelo qual essa imposição é alcançada.

Referências bibliográficas

BECHARA, Evanildo. **Estudo sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português**. Rio de Janeiro: s/e, 1954.

_____. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. **The evolution of grammar – tense, aspect and modality in the languages of the world**. Oxford: OUP, 1994.

CHAFE, Wallace. Evidentiality in English conversation and academic writing. In: CHAFE, Wallace; NICHOLS, Johana. **Evidentiality: the linguistic coding of epistemology**. Norwood: Ablex Publishing Corporation, 1986.

CONEGLIAN, André V. Lopes. A fluida zona linguística de causalidades: áreas de contraste e de sobreposição. **Signo**, vol. 39, ed. 67, p. 127-132. 2014.

_____. **Os juntivos causais e concessivos do português brasileiro na perspectiva cognitivo-funcional**: uma análise da ligação conceptual dos elementos gramaticais em uso nessa zona adverbial. 2015. 190 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

_____. Especificações semânticas em subordinadores adverbiais complexos da zona de causalidades. In: NEVES, M. H. M.; BARROS, D. L. P. (org.) **As interfaces da gramática**. Araraquara: Laboratório Editorial. No prelo.

_____. **A expressão do significado concessivo no português brasileiro**: as construções gramaticais em interface com padrões e sistemas cognitivos. Tese de doutorado. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Inédito.

CROFT, William. **Radical construction grammar**. Oxford: Oxford University Press. 2001.

_____. **Verbs: aspect and causal structure**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FAUCONNIER, Gilles. **Mappings in thought and language**. Cambridge: CUP, 1997.

HERMODSSON, Lars. Der Begriff “konzessiv”. Terminologie und Analysen. **Studia neophilologica**, n. 66, p. 59-75. 1994.

HALLIDAY, Michael. **An Introduction to Functional Grammar**. Baltimore, Maryland: Edward Arnold. 1985.

_____. **An Introduction to Functional Grammar**. 2. ed. Baltimore, Maryland: Edward Arnold. 1994 [1985].

KORTMANN, Bernd. **Free adjuncts and absolutes in English**. New York: Routledge. 1991.

_____. Reanalysis completed and in progress: participles as source of prepositions and conjunctions. In: KELLERMANN, Günther; MORRISSEY, Michael. (org.). **Diachrony within synchrony: language and cognition**. Frankfurt: Peter Lang, 1992.

_____. **Adverbial subordination**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997a.

_____. **A cross linguistic dictionary of adverbial subordinators**. (mimeo). 1997b.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things** – what categories reveal about the mind. Chicago: Chicago University Press, 1987.

LANGACKER, Ronald. **Foundations of cognitive grammar**, vol. 1: theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

_____. **Foundations of Cognitive Grammar**, vol. 2: descriptive application. Stanford: Stanford University Press. 1991.

_____. **Grammar and conceptualization**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter. 1999.

_____. Subordination in Cognitive Grammar. In: LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK, Barbara. **Asymetric events**. Amsterdam: John Benjamins, 2008.

_____. Subordination in Cognitive Grammar. In: LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK, Barbara. **Asymetric events**. Amsterdam: John Benjamins, 2014.

MERVIS, Carolyn B; ROSCH, Eleanor Categorization of natural objects. **Annual Review of Psychology** 32, p. 89-115. 1981.

MONTOLÍO, Estrella. On affirmative and negative complex conditional connectives. In: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; KORTMANN, Bernd. (Org.) **Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora Unesp. 2000.

_____. As construções concessivas. In: _____. (Org.). **Gramática do Português Falado** vol. VII – novos estudos. Campinas: Editora Unicamp. 2002.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto. 2006.

_____. **A gramática passada a limpo**. São Paulo: Parábola. 2012.

SANDERS, José; REDDEKER, Gisela. Perspective and the representation of speech and thought in narrative discourse. In: FAUCONNIER, Gilles; SWEETSER, Eve (orgs.). **Spaces, worlds and grammar**. Chicago: Chicago University Press, 1996.

SANDERS, Ted; SWEETSER, Eve. Introduction: Causality in language and cognition – what causal connectives and causal verbs reveal about the way we think. In: _____. **Causal categories in discourse and cognition**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2009.

STICKLES, Elise *et al.* Formalizing contemporary conceptual metaphor theory: a structured repository for metaphor analysis. **Constructions and frames** n. 8, vol. 2, p. 166-213, 2016.

SWEETSER, Eve. Grammaticalization and semantic bleaching. **BLS** 14, p. 389-405, 1988.

_____. **From etymology to pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

VERHAGEN, Arie. Concession implies causality, though in some other space. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Org.) **Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives**. Berlin: Mouton de Gruyter. 2000.

_____. **Constructions of intersubjectivity: discourse, syntax and cognition**. Oxford: Oxford University Press. 2005.

TALMY, Len. **Towards a cognitive semantics**, vol. 1: concept structuring system. London: The MIT Press, 2000.